



Projetos do Rio Madeira Porta de acesso do capital multinacional à Amazônia

Os projetos de construção de quatro usinas hidrelétricas no Rio Madeira são, na verdade, bem mais um primeiro passo para um reordenamento territorial da Amazônia, sob o comando de capitais e instituições financeiras internacionais, do que somente uma questão de abastecimento energético. O alerta é do professor Luis Fernando Nova, da Universidade Federal de Rondônia e da Rede Brasileira de Integração dos Povos. Em entrevista ao *JE*, ele afirma que o Relatório de Impacto Ambiental preparado por Furnas/Odebrecht omite o conjunto das obras, com a hidrovia e a linha de transmissão de mais de 1,5 mil quilômetros. Para ele, “está em curso uma oficiosa transferência de soberania sobre a Amazônia Ocidental para grupos privados oligopolistas, posicionados no mercado mundial”. **Página 7**

7

Os cenários
macroeconômicos
do PAC

14

O orçamento
dos Jogos
do Pan

16

A agenda
dos cursos
do Conselho

editorial

Os bagres do Rio Madeira

■ Há meses somos informados pela grande imprensa da premência dos projetos de instalação de hidrelétricas ao longo do Rio Madeira, na Amazônia. As matérias na mídia cumprem, inclusive, o papel de um instrumento a mais de pressão sobre o Ibama para que modifique suas avaliações e libere, o quando antes, a pronta autorização para o início das obras. Cobrança que é feita, inclusive, pelo próprio presidente da República, que buscou desqualificar os argumentos de técnicos e analistas do Ministério de Meio Ambiente, afirmando que o problema se restringiria à sobrevivência e reprodução dos bagres do Madeira.

Seria cômico se não fosse trágica e altamente grave a situação que se configura por trás dos projetos de aumento da capacidade energética do país, com a utilização dos recursos hídricos da Amazônia. O que pouco se informou, até agora, é que os projetos do Rio Madeira constituem parte importante do “Eixo Peru-Brasil-Bolívia”, da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa financiado em grande parte pelo capital do BID.

“E o governo simplesmente omite essa vinculação, apresentando tão somente duas Usinas, o que, para fins de licenciamento, já constitui uma irregularidade, pois só é possível avaliar os impactos na sua cumulatividade, em toda a área de influência e de abrangência”, disse o sociólogo Luis Fernando Novoa, professor da Universidade Federal de Rondônia, em entrevista via correio eletrônico ao *JE*. As preocupações em relação a estes projetos vão bem além da reprodução dos bagres, muito além da própria questão do planejamento energético nacional.

Para Novoa, a construção de quatro – e não duas! – hidrelétricas no Rio Madeira representa um “novo ciclo de grandes projetos de infra-estrutura (que) pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores”. Ou seja, é tudo que o voraz capital financeiro internacional precisa para ingressar com seus cifrões nas abundantes águas e riquezas da Amazônia, até aqui reserva e patrimônio nacional.

Isto não sai publicado na grande imprensa e nem está nos discursos de Lula. Mas está nesta edição do *JE*.

Uma boa leitura.

SUMÁRIO

3

Antonio Luis Licha
e Maria Andréa Santichio
**O PAC e a performance
da economia brasileira**



7

Entrevista
Luis Fernando Novoa Garzon
**A quem serve
o projeto do
Rio Madeira?**

11

Christian Travassos
**Desenvolver sob
princípios éticos**

14

Fórum Popular de Orçamento
**Jogos do Pan:
gastos acima de saúde e educação**

16

**Curso sobre Marx
começa em agosto
Faixa Livre agora na Internet**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Por que o Brasil não cresce mais?



Alister



Os fundamentos macroeconômicos do Brasil melhoraram significativamente após os ajustes externo e fiscal, realizados a partir de 1999, mas a rígida política monetária ainda era vista como uma possível razão pelo ritmo lento da economia. Em 2006, no entanto, a taxa básica de juros caiu, o volume de crédito cresceu significativamente (desde 2003) e o mercado de capitais se consolidou mais. Do lado externo, a economia mundial avança de forma acentuada, desde 2002. Então, por que o Brasil não cresce a taxas mais elevadas?



■ Antonio Luis Licha*
 Maria Andréa Santichio**

Em termos gerais, podemos propor duas possíveis explicações alternativas. A primeira, que podemos chamar de “monetarista” e é hegemônica no pensamento econômico, está associada à postura do Banco Central. A segunda, que podemos

chamar de “desenvolvimentista”, passou a ser adotada pelo Ministério da Fazenda desde 2006, levando este a apresentar, no início deste ano, o PAC.

A abordagem monetarista considera que para o país crescer sem gerar inflação é necessário expandir a capacidade produtiva, via aumento de investimento e da produtividade total dos fatores, e as

suas principais medidas de política econômica para viabilizar tais aumentos concentram-se em reduzir os gastos correntes do governo central e a carga tributária (para evitar o efeito *crowding-out*), bem como realizar as reformas microeconômicas.

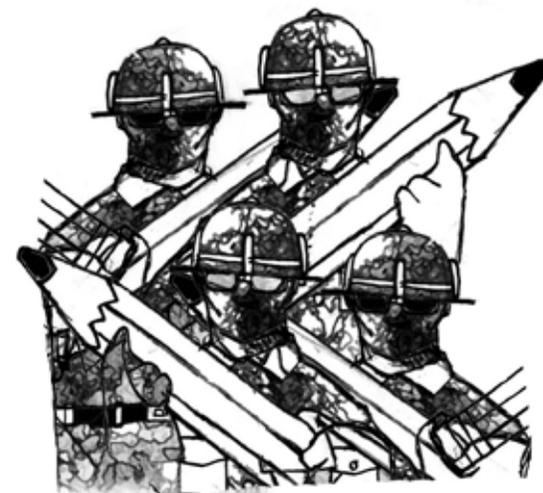
A visão desenvolvimentista, por sua vez, defende que existe capacidade ociosa na economia

Tabela 1: Consistência Fiscal do PAC

Em %

CENÁRIO DO PAC	2007	2008	2009	2010
Taxa SELIC Nominal	12,2	11,4	10,5	10,1
Taxa de Inflação	4,1	4,5	4,5	4,5
Taxa de Crescimento Real do PIB	4,5	5,0	5,0	5,0
Resultado Primário em % do PIB	4,25	4,25	4,25	4,25
Juros Líquidos Pagos em % do PIB	5,6	5,0	4,4	3,9
Resultado Nominal em % do PIB	-1,9	-1,2	-0,6	-0,2
Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB	48,3	45,8	42,9	39,7

Fontes: PAC. Ministério da Fazenda



brasileira (especialmente na indústria, para a qual há evidências empíricas), de forma que a demanda agregada pode crescer rapidamente, gerando impulsos no investimento que tornem possível aumentar a capacidade produtiva, sem gerar pressões inflacionárias. Assim, nesta abordagem é necessário realizar um *big push* na economia, o que exige coordenação dos investimentos públicos e privados.

Na visão do Ministério da Fazenda, o PAC permite organizar a ação do poder público na política de investimentos, pois aumenta a eficácia do investimento público, melhora a sinalização para o setor privado investir, além de conceder alguns incentivos concretos ao investimento.

No contexto colocado, é interessante analisar qual a viabilidade desse programa, bem como algumas de suas consequências macroeconômicas. O exercício proposto é partir de algumas variáveis macroeconômicas de consistência fiscal apresentadas pelo PAC e determinar os resultados compatíveis de outras variáveis, tais como taxa de investimento, saldo em conta corrente, taxa de câmbio, dívida pública, taxa de desemprego etc. Os resultados obtidos surgem

do modelo de Cenários Macroeconômicos, do Grupo de Conjuntura do IE-UFRJ. O objetivo do exercício é dimensionar a consistência do programa.

Os cenários PAC

Apresentamos na tabela 1 o desempenho projetado pelo PAC para algumas variáveis macroeconômicas.

Essas projeções, consideradas como variáveis exógenas, caracterizam o cenário do PAC. Elas

mostram uma taxa de crescimento de 5% ao ano, no longo prazo, uma taxa de juros que cai gradualmente com o passar dos anos, taxa de inflação constante (e dentro da meta) e a ausência de choques externos.

Segundo mostram as tabelas a seguir, espera-se que o crescimento da produção industrial seja, em média, de 6,4% até 2016. Este resultado é consistente com a evidência empírica, pois se assemelha muito ao observado em períodos anteriores de recuperação

do PIB. Projeta-se, por sua vez, que o crescimento da agricultura manter-se-á ao nível de 4%, que é a taxa histórica média do setor (previsão razoável). A projeção média do crescimento no setor de serviços é de 3,9%, entre 2007 e 2016, que funciona como uma variável de ajuste no modelo.

Os componentes da demanda agregada apresentam três requisitos macroeconômicos importantes para o PAC. O consumo das famílias pode ter uma taxa de crescimento maior que a do PIB,

Tabela 2.1: Taxas de Crescimento do PIB (%)

Cenário PAC

Classes e atividades	2006	2007	2010	2016	Média 2007-10	Média 2011-16	Média 2007-16
Agropecuária	3,2	4,6	4,0	4,0	4,1	4,0	4,1
Indústria	3,0	6,2	6,6	6,2	6,5	6,4	6,4
Serviços	2,4	3,4	3,9	4,1	3,8	4,0	3,9
PIB	2,9	4,5	5,0	5,0	4,9	5,0	5,0

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ

Tabela 2.2: PIB Total e por Componentes da Demanda Agregada (em % PIB)

Cenário PAC

Componentes	2007	2010	2016	Média 2007-16
Consumo das Famílias	53,2	54,5	58,5	55,5
FBCF	23,2	25,0	24,9	23,7
Exportações Líquidas de B&S	2,7	0,0	-3,6	0,3

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ

Tabela 3: Inflação, Câmbio e Juros

	Cenário PAC				
	2007	2010	2016	Média 2007-10	Média 2007-16
Taxa Selic Real (IPCA deflator, em %)	7,8	5,4	4,9	6,2	5,6
Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$)	2,2	2,6	3,2	2,4	2,8
IPCA dez/dez (%)	4,1	4,5	3,0	4,4	3,9

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ

a partir de 2008, mas deve crescer menos que ele em 2007. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) requerida para alcançar os objetivos do PAC deve ser, em média, de 24,6% no período 2007-2010 (depois essa média pode cair). As exportações líquidas de bens e serviços devem ter uma contribuição decrescente ao longo dos anos: caem, em média, 0,7 p.p. ao ano, finalizando 2016 com saldo negativo de -3,6% do PIB.

Inflação, câmbio e juros

Considerando que a taxa de inflação cairá gradativamente depois de 2010, apresentando média igual a 3,9% entre 2007-2016, as projeções da Tabela 3 mostram uma redução na taxa de juros real. Essa queda é mais acentuada no período 2007-2010 (no período 2011-2016 o ritmo é mais lento). Em 2016, a taxa de juros real finaliza no patamar de 4,9%, taxa equivalente àquela apresentada em média pelos países emergentes. A taxa de câmbio nominal, por fim, sofre sucessivas desvalorizações (18% entre 2007 e 2010; e 17% entre 2011 e 2016), finalizando o período ao nível de R\$ 3,20.

Na ausência de choques na economia internacional, os indicadores do setor externo ficam dentro do esperado, conforme mostra a tabela 4. O saldo da balança comercial segue uma trajetória decrescente, fruto de um

aumento das importações (17% entre 2007 e 2016) significativamente maior que os aumentos das exportações (12,3% em igual período). É de ressaltar que as exportações cresceriam a um ritmo ainda menor, comparativamente ao das importações, não fosse



a desvalorização de aproximadamente 22% da taxa de câmbio real efetiva, entre 2007 e 2016. Só para o período de vigência do PAC (de 2007 a 2010), a expectativa é de que esta taxa desvalorize 15%. Os fluxos de capitais mostram que o investimento direto estrangeiro terá elevadas taxas de crescimento nos anos iniciais do PAC, normalizando-se, porém, ao nível de 6,6% de 2009 até 2016. É interes-

sante observar, por sua vez, que o volume de reservas internacionais apresenta comportamentos opostos em dois períodos bem definidos: de 2007 a 2011 há crescimento contínuo (expansão de aproximadamente 47%), enquanto que, de 2012 a 2016, essa trajetória se inverte (reduz 27%).

Isto mostra que, até 2011, existirá um excesso de oferta no mercado de câmbio (com tendência de apreciação), que será revertido a partir de 2012.

De todos os indicadores de setor externo observados, porém, aquele que mais chama atenção é o saldo em transações correntes do país como proporção do PIB. Ele sofre reduções permanentes ao longo do período, finalizando 2016 com um déficit igual a 4,8% do PIB.

Comparativamente a períodos anteriores, a última vez em que o déficit em transações correntes do Brasil atingiu níveis próximos a 5% do PIB foi em 1998, o que acabou repercutindo numa crise cambial. Entretanto, com a hipótese de oferta abundante de liquidez internacional e baixo grau de endividamento externo do Brasil durante o período, a possibilidade de uma crise cambial no final do período deve ser baixa. Assim,

Tabela 4: Setor Externo e Indicador de Endividamento*

	Cenário PAC			
	2007	2010	2016	Média de 2007-16
Balança Comercial (US\$ bi)	39,0	19,2	-2,5	13,6
Transações Correntes/PIB (%)	1,0	-1,6	-4,8	-2,4
Taxa de Câmbio Real Efetiva Média (2000=100)	101	111	130	116,7
Dívida Externa Bruta/Exp B&S *	1,1	0,8	0,5	0,7

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ

Tabela 5: Setor Público

Cenário PAC

	2007	2010	2016
Resultado Primário/PIB (%)	3,75	3,75	3,20
NFSP/PIB (%)	1,8	0,5	-1,3
DLSP/PIB (%)	48,6	38,7	19,4

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ

os déficits em transações correntes deve ser financiado com capitais externos conforme mostram os indicadores de endividamento externo do país. Por exemplo, a relação entre a dívida externa bruta e o total das exportações de bens e serviços (índice de solvência) passa de 1,1% em 2007 para 0,5% em 2016, ou seja, bem abaixo de 1,32%, nível em que o Banco Mundial define como “países pouco endividados”.

Setor Público

Na tabela 5 projeta-se que a dívida líquida do setor público, como proporção do PIB, recue em média 3,2 p.p. ao ano, chegando a 28,6% em 2013. Considerando que uma dívida pública ao redor de 30% do PIB é tida como um baixo grau de endividamento do setor, essa projeção abre espaço para que as metas de superávit primário comecem a diminuir a partir de 2012 (ou antes). Nesse contexto, é importante notar que a execução de uma reforma tributária tornar-se-á mais provável, já que os recursos necessários para o Governo Central se financiar cairão de forma relevante, estimulando a ação

de forças políticas na direção da execução da reforma.

Mercado de trabalho

Com o aumento dos investimentos públicos e privados em infra-estrutura proporcionado pelo PAC e o elevado o cenário poderá ser positivo para o mercado de trabalho nos próximos anos. Na tabela 6, projeta-se para 2007 uma taxa de desemprego da ordem de 7,8% e é esperado que se reduza, em média, 0,6 p.p. ao ano.

O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, aumentará pouco entre 2007 e 2008 (compatível com o baixo crescimento do consumo das famílias). Porém, nos demais anos, aguarda-se um crescimento médio de 4% ao ano na remuneração dos trabalhadores, podendo o rendimento real médio atingir R\$ 1.473 em 2016.

A massa salarial (gerada pela multiplicação destes dois primeiros indicadores) poderá crescer, em média, 6% ao ano entre 2007 e 2016.

Conclusões

Do exercício realizado destacam-se alguns requisitos macroeconômicos para o PAC ser viável:

- A taxa de investimento deve crescer rapidamente no período 2008-2010 de forma a gerar um big push almejado pela abordagem desenvolvimentista;
- No começo do período de vigência do PAC, o consumo das famílias deve crescer menos que o PIB;
- A conta corrente se torna fortemente negativa no final do período (2016).

Por sua vez, podemos prever que:

- Como os indicadores de vulnerabilidade externa do país e a li-

quidez internacional continuaram bons, o país não encontrará grandes dificuldades em financiar esse déficit;

- A relação Dívida Pública e PIB terá uma forte redução, reduzindo-se significativamente a vulnerabilidade fiscal;
- Uma forte redução da taxa de desemprego e uma melhora significativa das condições no mercado de trabalho.

* Coordenador do Grupo de Conjuntura e professor da UFRJ.

** Pesquisadora do Grupo de Conjuntura e mestranda em Economia na UFRJ.

**Tabela 6: Mercado de Trabalho**

Cenário PAC

	2007	2010	2016	Média 2007-10	Média 2007-16
Taxa de Desemprego - PME (final do período)	7,8	5,7	2,1	6,7	4,9
Rendimento Médio (R\$ de jun/06)	1043	1155	1473	1088	1239
Massa Salarial (R\$ bilhões de jun/06)	22,1	26,3	37,7	24,0	29,2

Fontes: Projeções Grupo de Conjuntura - IE/UFRJ



Luis Fernando Novoa Garzon, sociólogo

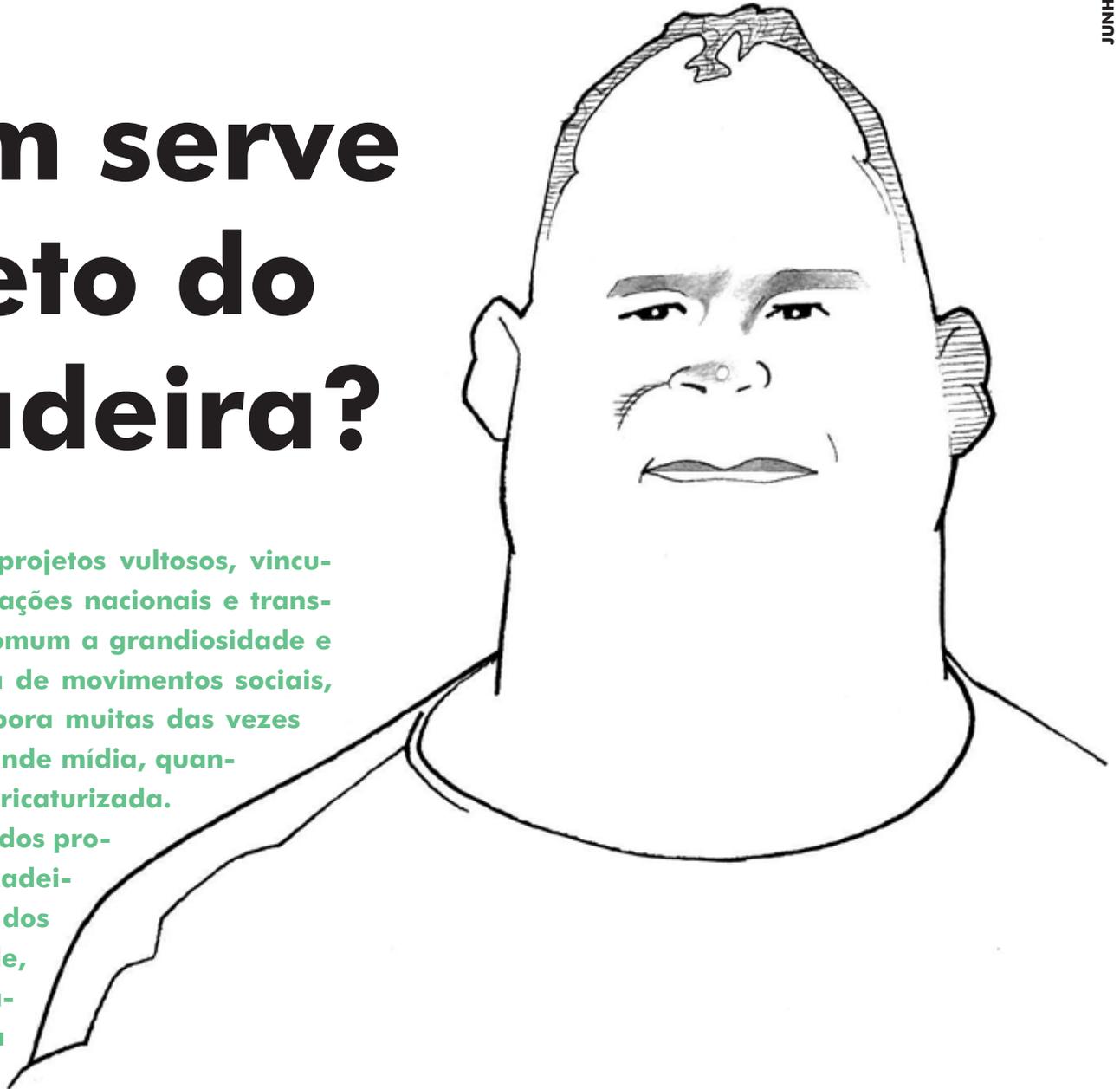
Entrevista

A quem serve o projeto do Rio Madeira?

Há em discussão no país projetos vultosos, vinculados a empresas e corporações nacionais e transnacionais, e que têm em comum a grandiosidade e uma persistente resistência de movimentos sociais, não menos grandiosa, embora muitas das vezes diluída no noticiário da grande mídia, quando não silenciada ou caricaturizada.

Este é o caso, por exemplo, dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira, reduzidos a problemas dos bagres quando, na verdade, dizem respeito à soberania nacional, ao uso e/ou à preservação de nossa biodiversidade e territorialidade, ao mesmo tempo em que à apropriação deste uso por interesses privados, transnacionais e hegemônicos.

Para tratar deste assunto, o JE ouviu o sociólogo Luis Fernando Novoa, que é professor da Universidade Federal de Rondônia e membro de entidades como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Ele defende o ponto de vista do Movimento dos Atingidos por Barragens, que indaga se projetos como estes são para atender interesses nacionais ou transnacionais? E afirma: “O Projeto do Complexo Madeira é uma encomenda privada, corporativa e transnacional, que se for licenciado como está, consolida o desmonte do processo de licenciamento ambiental no país”. A seguir, a íntegra da entrevista, concedida via correio eletrônico.



JE – O prazo para a concessão da licença ambiental para os projetos de construção das duas hidrelétricas no Rio Madeira é agora, no meio do ano. Contudo, pairam imprecisões e divergências de versões a respeito da necessidade desses projetos serem executados praticamente no meio da Amazônia. Qual o seu ponto de vista sobre a real necessidade desses projetos: para quem eles são necessários e o que eles podem representar para a Amazônia?

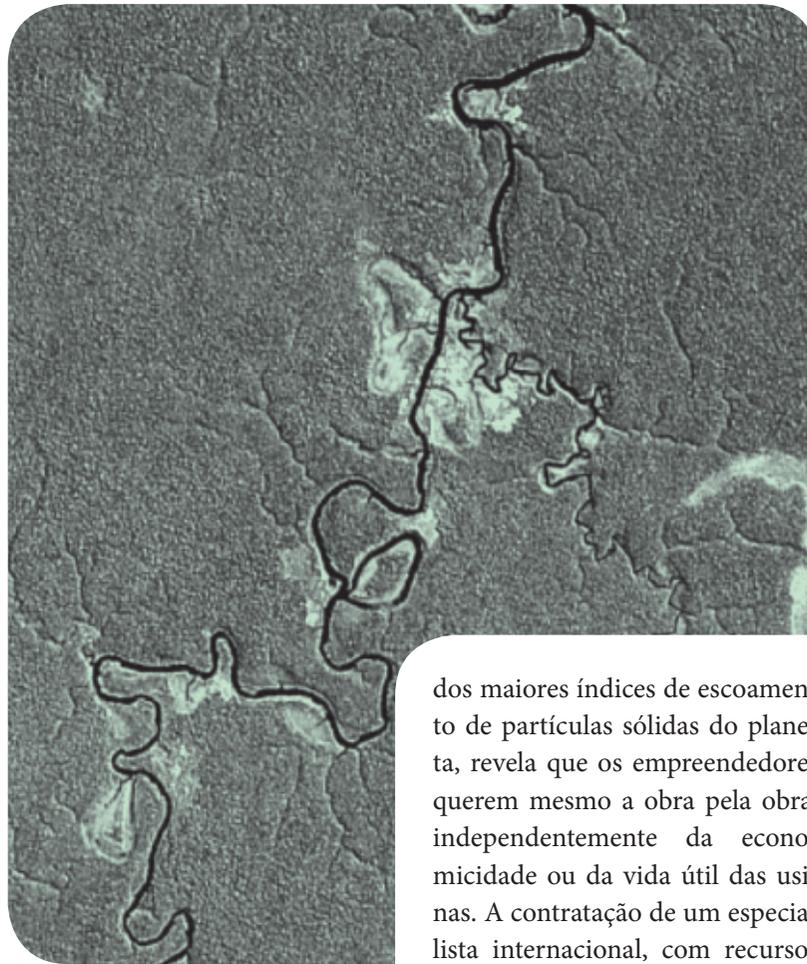
Luis Fernando Novoa Garzon – Do ponto de vista da expansão da geração de energia, no curto e médio prazos, pode ser um atalho que supriria, até 2012, metade do acréscimo necessário, ou seja, 6,5 mil MW, observando-se o possí-

vel ritmo de crescimento do país nesse período. O problema a considerar é que a decisão sobre a realização das usinas do Madeira vai muito além do planejamento energético nacional. O abastecimento energético é apresentado como motivo isolado, quando na verdade sabemos que esse novo ciclo de grandes projetos de infra-estrutura pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores. O projeto do Complexo Madeira, por exemplo, é composto por 4 hidrelétricas que viabilizam a bifurcação da hidrovia, rio acima, em direção ao Pacífico. Esse projeto está listado no “Eixo

Peru-Brasil-Bolívia”, da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa financiado em grande parte pelo capital do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. E o governo simplesmente omite essa vinculação, apresentando tão somente duas Usinas, o que, para fins de licenciamento, já constitui uma irregularidade, pois só é possível avaliar os impactos na sua cumulatividade, em toda a área de influência e de abrangência, de forma que poder público e sociedade possam construir mecanismos de controle e planejamento sobre todo o território a ser modificado. O Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo relatório, apresentados pelo Consórcio Furnas/Odebrecht, não incluem estudos sobre a bacia do Rio Madeira em seu conjunto, e simplesmente ignoram os impactos da hidrovia e da Linha de Transmissão de mais de 1.500 km até Cuiabá. O fato de o Governo não querer tornar transparentes os efeitos conjuntos do Projeto do Complexo Madeira, incluindo os transfronteiriços, na Bolívia e no Peru, revela que está em curso uma ofensiva de soberania sobre a Amazônia Ocidental para grupos privados oligopolistas, posicionados no mercado mundial.

JE – *Os conflitos de interesses têm sido apresentados, quando não caricaturizados pela grande mídia, como problema de procriação dos bagres e da elevada sedimentação do leito do rio. Quais são os reais riscos ambientais para a região, para as populações e para a sociedade brasileira que a execução desses projetos implica?*

Novoa – Reitero que o risco maior seria o precedente de licenciarmos um projeto com tantas omissões e renúncias de regulamentação pública e de controle social. O Pro-



jeito do Complexo Madeira é uma encomenda privada, corporativa e transnacional, que se for licenciado como está, consolida o desmonte do processo de licenciamento ambiental no país. Daí a aliança da ABDIB, das transnacionais do setor elétrico e do setor privatista instalado no Governo, em defesa da agilização do licenciamento do Complexo Madeira, que representa uma chave de acesso para a utilização de todo o potencial hidráulico da Amazônia de forma incondicional. Além disso, seria uma porta aberta para a atração de investimentos estrangeiros diretos, em grandes projetos de infra-estrutura com grande poder de remodelação territorial.

A perda de salvaguardas da população diante dos grandes projetos de infra-estrutura tornou-se condição prévia para viabilizar, do ponto de vista financeiro, esses empreendimentos. A forma como negligenciam o risco de sedimentação e de assoreamento dos reservatórios, em um rio com um

dos maiores índices de escoamento de partículas sólidas do planeta, revela que os empreendedores querem mesmo a obra pela obra, independentemente da economicidade ou da vida útil das usinas. A contratação de um especialista internacional, com recursos do Banco Mundial, serviu para remendar os estudos, mas não elimina as incertezas de fundo.

A mortandade de peixes, com o desaparecimento de espécies e empobrecimento da cadeia alimentar, é o efeito mais gritante das barragens. O Rio Madeira - pela sua extensão e volume, por suas características físico-químicas únicas, pela sua vazão diferenciada, alternando corredeiras e remansos - é um enorme acervo de biodiversidade em ictiofauna, com cerca de 500 espécies de peixes catalogadas.

E ao longo do Madeira, milhares de famílias estabeleceram suas raízes, vivendo da pesca e do extrativismo. A redução de um bioma tão rico e complexo, do qual dependem inúmeras comunidades tradicionais, à questão do “bagre”, retrata a forma cega e irresponsável como o poder público vem conduzindo o licenciamento das Usinas do Madeira.

JE – *Considerando a necessidade de aumento da capacidade energética do Brasil, em especial, a energia mais limpa, como a hidroeletricidade, quais as alternativas que o país dispõe para prescindir de um projeto deste porte – meia Itaipu – em plena Amazônia?*

Novoa – O lobby do setor elétrico, associado ao senso comum, procura consolidar a visão de que a hidroeletricidade é uma fonte “limpa”. Na verdade, é preciso perguntar em qual escala e em que região se obtém tal fonte. Grandes represamentos em áreas de vegetação muito densa como a Amazônia não podem ser considerados, a priori, “limpos”, muito pelo contrário, pois grandes áreas de vegetação alagadas proporcionam grande emissão de gases estufa. Mega-represas modificam drasticamente o regime hidrológico, comprometem a qualidade da água, restringem a cadeia alimentar dos peixes, favorecem a proliferação da malária e a contaminação por mercúrio, deslocam milhares de pessoas, desfiguram culturas tradicionais e desorganizam ainda mais as cidades próximas.

A aprovação do Projeto das Usinas no Rio Madeira representa um salvo-conduto para o aproveitamento total do potencial hidrelétrico da Amazônia. Podemos até tomar essa decisão, desde que assumamos antes os custos disso, que se façam estudos honestos para mensurá-los e que haja transparência para que a sociedade possa avaliar e interferir. Antes de tudo, é a própria necessidade de expansão da geração elétrica do “país” que precisa ser avaliada no mérito. Não há um “país”, genericamente falando, mas, sim, setores econômicos mais dinâmicos que vocalizam seus interesses de forma hegemônica. No caso do Brasil, os setores exportadores de *commodities* é que demandam mais energia para

ampliar sua escala de produção e de escoamento de matérias-primas para o mercado externo. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é quem melhor coloca essa questão, nos seus devidos termos: mais energia para aprofundar o processo de reprimarização da economia brasileira e sua especialização regressiva na divisão internacional do trabalho? Ou mais energia para a dinamização do mercado interno, com ênfase na distribuição de renda e na inovação tecnológica?

Existem saídas de curto prazo menos impactantes à disposição, como a repotencialização das usinas mais antigas e a aplicação de programas de eficiência energética, que disponibilizariam um adicional equivalente ao que produziria o Madeira, com um custo muito menor.

A energia do Madeira é uma energia cara até mesmo do ponto de vista estritamente operacional, pois ela precisaria ser deslocada por milhares de quilômetros para chegar aos principais centros de consumo.

Além disso, sendo usinas a fio d'água em um rio com regime hídrico tão contrastado, haveria um grande desnível de produção nas estações secas. Decididamente, não é o fornecimento energético que justifica a prioridade que essas usinas estão recebendo.

JE – Qual o seu ponto de vista sobre o PAC? Em que medida e dimensão ele altera ou não a política econômica que vem sendo conduzida pelo atual governo?

Novoa – O PAC expressa o que um Estado-nação desmontado ao longo de duas décadas de políticas neoliberais pode almejar, em termos de desenvolvimento. Ou seja, o crescimento do que aí está, do processo de desindustrialização ou, se preferirem, do pro-



cesso de especialização regressiva da estrutura industrial do país. A recuperação do papel intervencionista do Estado se dá a favor dos grandes conglomerados. Basta ver quais setores se beneficiam diretamente com as obras listadas no PAC: o agronegócio, o setor eletrointensivo e as grandes cadeias de serviços de infraestrutura. A seletividade na destinação de recursos e subsídios está sendo orientada pelo FMI, através da ampliação dos PPIs, projetos piloto de investimentos. Os PPIs, que definem a lógica dos projetos do PAC, representam uma folga fiscal para investimentos em infraestrutura voltados para exportação e para o retorno financeiro. Os projetos do PPI/PAC serviriam, portanto, não para retomar o crescimento com base no mercado interno, mas para aumentar a produtividade; serviriam para ampliar os saldos comerciais através da super-exploração dos recursos naturais e não da agregação de valor. Esses projetos, e o projeto do Complexo Madeira, em particular, são “negócios da China” para atrair investimentos estrangeiros, para que continuem vindo e mandando cada vez mais, melhorando assim a chamada confiabilidade do país frente ao sistema financeiro internacional. A posição do Ministério de Minas e Energia de limitar a participação das estatais no anunciado leilão do Madeira e dispor do BNDES para escorar os consórcios privados interessados nas obras deixa claro que estamos

diante de mais um ato de sacrifício voluntário da nossa soberania potencial. A questão ambiental é mera cortina de fumaça, que esconde uma operação nebulosa de transferência de poder operativo e regulatório sobre nossos recursos, povos e territórios, para grandes empresas e bancos internacionais.

JE – Como, em seu ponto de vista, deve-se desenvolver a economia em uma região tão rica em biodiversidade e tão visada pelas potências mundiais, como a Amazônia? Como situaria a Amazônia e, por extensão, o Brasil, na disputa mais ampla que se dá na geopolítica mundial?

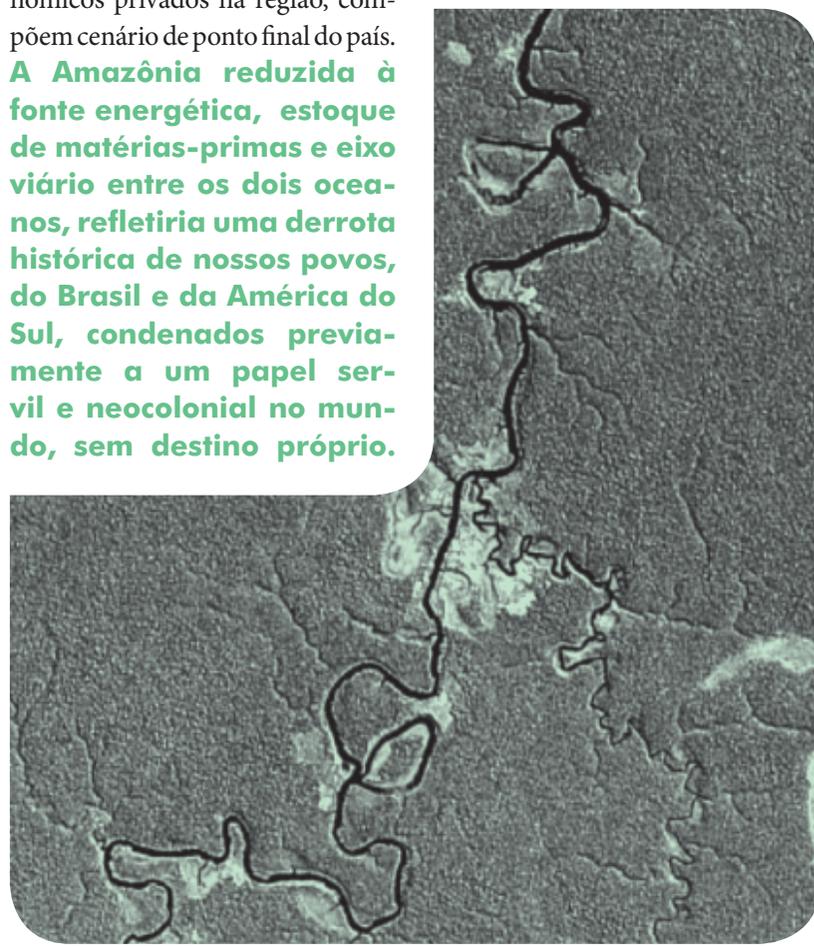
Novoa – Em primeiro lugar deveria haver de fato uma política científica e tecnológica no país e, dentro dela, prioridade absoluta para a Amazônia. O avanço desordenado da fronteira agrícola na região, sua urbanização caótica, a ausência do Estado em benefício da interferência desarticuladora de grupos econômicos privados na região, compõem cenário de ponto final do país.

A Amazônia reduzida à fonte energética, estoque de matérias-primas e eixo viário entre os dois oceanos, refletiria uma derrota histórica de nossos povos, do Brasil e da América do Sul, condenados previamente a um papel servil e neocolonial no mundo, sem destino próprio.

Nossa tarefa é tentar resgatar e recriar instrumentos públicos de planejamento econômico regional, no país e em toda a bacia amazônica. Adotar políticas públicas diferenciadas e articuladas para, por um lado, reorientar os atuais pólos de dinamismo baseados no setor primário de larga escala e, por outro, vitalizar e ampliar atividades baseadas na biotecnologia, no agroextrativismo, energias alternativas, na identidade regional, no turismo cultural e ambiental.

JE – Quais os riscos em termos ambientais, econômicos, sociais e geopolíticos a que hoje está submetida a Amazônia?

Novoa – O maior risco é não podermos mensurar esses riscos, de não termos mais capacidade de confrontá-los, à medida que vamos abdicando do controle público sobre os bens naturais, sobre a água, florestas, biodiversidade e a terra. Um exemplo acabado



disso seria a lei de concessão de florestas. Podemos decompor dois conjuntos de ameaças que se articulam: 1) os grandes projetos de infra-estrutura que fortalecem o modelo primário-exportador vigente; 2) as políticas de proteção ambiental voltadas para a governança internacional da Amazônia, que se valem da intermediação de Ongs e de mecanismos de mercado para administrar estoques de capital natural sustentavelmente. **Ou seja, é uma forma nova de incorporar a Amazônia ao capitalismo global, com maior consenso corporativo, com a funcionalização dos órgãos públicos e cooptação de organismos sociais locais.**

JE – O país, em especial, sua capital, Brasília, vive nova onda de denúncias de corrupção. Duas recentes operações da Polícia Federal – Furação e Navalha – colocam no centro das atenções representantes do Judiciário e, novamente, do Legislativo? Como chegam à população de Rondônia estas notícias?

Novoa – É preciso lembrar que o funcionamento das instituições locais está seriamente comprometido por esquemas de corrupção. A Polícia Federal efetuou, em 2006, a chamada Operação Dominó, procurando desbaratar uma rede criminosa voltada para o desvio de dinheiro público que envolvia a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Governo estadual e o Tribunal de Justiça. Apesar da prisão inicial das 23 autoridades envolvidas, as investigações e os inquéritos foram sendo setorizados, e o esquema simplesmente mudou de foco. Será nessa estrutura política viciada que se pretende inserir um projeto, que somado à Linha de Transmissão e às eclusas, pode chegar ao montante de R\$ 43 bilhões. Nesse cenário, não haveria como pôr em

prática as políticas públicas que, em tese, deveriam acompanhar o projeto das usinas, a fim de gerir, no interesse da população, impactos e repercussões de toda ordem.

JE – Como sociólogo, em seu ponto de vista a corrupção é um mal endêmico da sociedade brasileira? Qual a abordagem e análise que faz sobre a corrupção no Brasil?

Novoa – Temos que assumir que o poder político no país foi fragmentado e em grande parte dissolvido por uma estrutura econômica monopolista, que não admite mediações públicas. A esfera política virou lugar para administrar o *status quo* imediato em que se costuram pactos necessariamente pontuais e transitórios. O novo fisiologismo vai se firmando nas esferas decisórias superiores, para se estabilizar, incluindo as instâncias revisoras no Judiciário, como mostram as últimas operações da PF. A lógica é a da montagem de blocos privado-públicos orgânicos geradores de governabilidade e de negócios de alta lucratividade e baixo risco. Os executivos obtêm maioria congressual transferindo prerrogativas deliberativas ao setor privado, em regime de engorda de clientelas. A corrupção sistêmica é o resultado de uma esfera estatal degradada por máfias político-empresariais e redes econômico-financeiras com papel político ampliado. Esse novo poder, em construção, não aceita critérios públicos, tais como, metas de universalização e de qualificação dos serviços, garantia dos direitos da população, proteção e recuperação do meio-ambiente. Todas estas regras passam a ser fixadas, na prática, por meros contratos, firmados entre governos e privatizadores, sem interferência da sociedade ou seus representantes, tal como vemos exemplarmente no processo de licenciamento das usinas no



Rio Madeira. O Estado vai assumindo crescentemente a condição de um balcão de negócios, todos os poderes incluídos.

JE – O Estado de Rondônia é apontado como de extensas áreas de terra já apropriadas por estrangeiros ou instituições internacionais, inclusive, Ongs e igrejas. Este tipo de informação é procedente ou se trata de campanha subliminar contra direitos fundiários de povos indígenas, ribeirinhos etc.?

Novoa – O Estado de Rondônia, como fronteira agrícola avançada, corredor de ocupação da Amazônia Ocidental, e eixo potencial de interligação com a região andina e o Pacífico Sul, é um gritante exemplo da fragmentação territorial que aflige o país. Madeireiros, mineradoras, empresas agropecuárias recortaram grande parte do Estado em feudos privados, impondo suas próprias leis e sanções. Nas áreas de incorporação de novas atividades de exploração, execuções de extrativistas e posseiros são rotineiras.

Muitas dessas áreas contam com a cobertura oficial de parlamentares, prefeitos ou do próprio governador, que na área de Rolim de Moura e Alta Floresta tem construído uma série de pequenas centrais hidrelétricas, sem licenciamento e à revelia dos ribeirinhos e povos indígenas afetados. Os grandes projetos previstos para a região, especialmente da forma como foram concebidos e estão sendo implementados, reforçarão ainda mais o poder desses grupos. Cada setor vendo a si mesmo como uma plataforma de riqueza voltada para fora e não como parte de um Estado ou de uma nação a integrar. A alternativa oferecida por organizações e fundos internacionais não é menos preocupante. Recentemente, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), vinculada ao Congresso norte-americano, lançou a Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica, que prevê um financiamento de US\$ 65 milhões para cinco consórcios de Ongs e centros de pesquisa, com atuação na Amazônia. O objetivo declarado dessa iniciativa seria mitigar os impactos ambientais dos grandes projetos sem se opor a eles, promovendo o que eles chamam de uso racional dos recursos. De uma forma ou de outra, a população estaria à mercê de um processo de territorialização patrimonialista e empresarial. **A alternativa que estamos tentando construir é o fortalecimento das articulações continentais e regionais de movimentos sociais, como o Movimento da Bacia do Madeira, que reúne organizações de base brasileiras, bolivianas e peruanas em defesa do território comum,** em que prevaleça o usufruto coletivo dos bens naturais, formas cooperativas de trabalho e auto-gestão da produção agroextrativista.

Desenvolver sob princípios éticos

Ao longo da década de 90, intensificaram-se tanto no ambiente político quanto na academia as discussões em torno de propostas de geração de renda com populações específicas, notadamente “comunidades”, em face da regressão na agenda social brasileira. Sem conseguir gerar postos de trabalho à altura das necessidades do país desde o início dos 80, as instâncias governamentais precisavam pensar e executar estratégias centradas na capacitação e no “empreendedorismo” de seu público alvo. Muito desse movimento confundiu-se com o crescimento do chamado Terceiro Setor, que passou a ocupar um lugar de destaque no tratamento de questões relativas ao desenvolvimento econômico local. Nesse contexto emerge a Economia Solidária, o movimento que melhor traduz a evolução desse debate, apresentando-se ao mesmo tempo como causa e consequência deste.

■ Christian Travassos*

A economia solidária surge da confluência de diversas abordagens que apostam na cooperação e na humanização das relações sociais no ambiente local e de mercado e tem nas edições do Fórum Social Mundial seus principais momentos, até a criação, em junho de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Diversas organizações através de seus mediadores/educadores trabalham atualmente sob estes princípios, em nome da (re)construção conjunta dessa cultura, de seu fortalecimento e disseminação, por um conjunto de premissas convergentes.

Este conceito serve hoje de esteio para diversos projetos e programas, tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada. Iniciativas como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Coppe-UFRJ, a Incubadora Afro-brasileira e a Escola Cario-

ca de Empreendedores Comunitários, da Prefeitura do Rio de Janeiro, são exemplos que confirmam a força de um movimento que atualmente congrega diversos atores sociais, de múltiplas filiações.

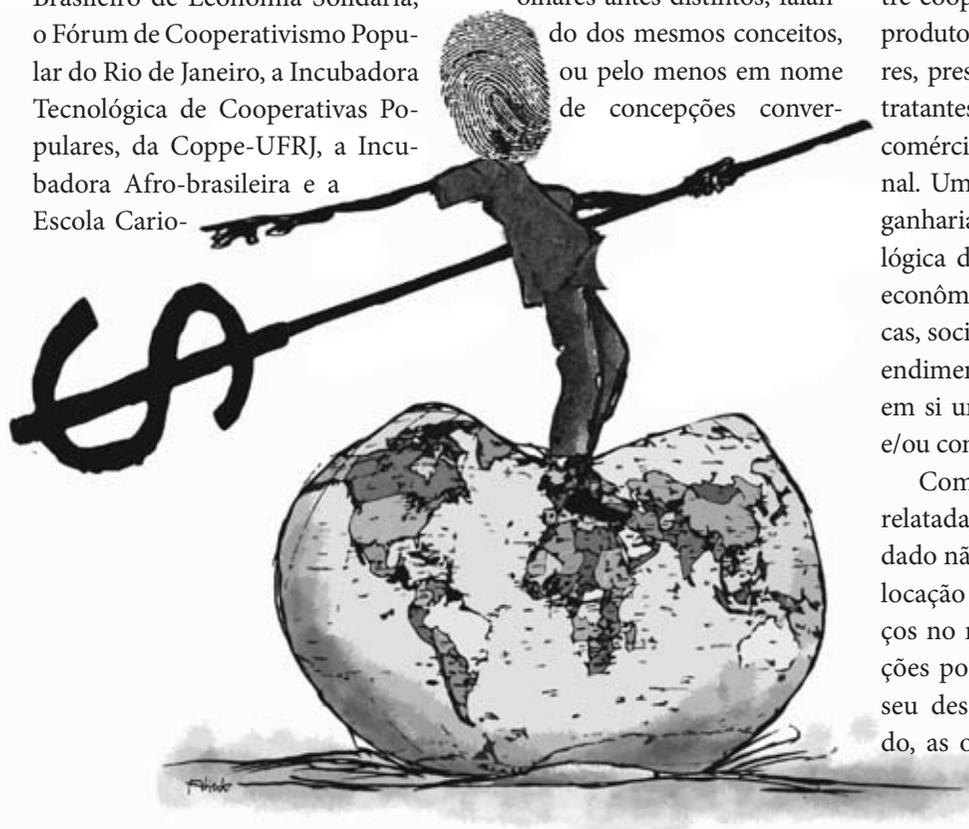
Luiz Inácio Gaiger enxerga uma tendência mundial, que de uns 10 anos pra cá significou a multiplicação e diversificação de iniciativas econômicas baseadas em algum tipo de solidariedade e confiança mútua, de reciprocidade, portanto. Na mesma linha, Marcos Arruda crê nas experiências de um mundo que se reconfigura de baixo para cima, através da apreciação do valor do trabalho e da capacidade criativa de cada indivíduo.

A cooperação tem sido objeto de estudo em diversos campos da Ciência, da escala familiar à global, orientada pela ética e conscientização. O que há de novo é a confluência de pessoas tão diferentes, de origens e portes tão diversos e olhares antes distintos, falando dos mesmos conceitos, ou pelo menos em nome de concepções conver-

gentes. Nesse contexto, surgem novas sistematizações de idéias e iniciativas centradas na valorização de uma abordagem da subjetividade, que enxerga mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho, produção e consumo. Sob esta reflexão, dá-se a crítica à idéia tradicional de desenvolvimento por se reconhecer saberes alternativos à ciência moderna e perceber, em seu interior, alternativas aos paradigmas dominantes.

Segundo esta linha de reflexão, estaríamos vivendo um momento de crescente interesse por iniciativas de natureza cooperativa, seja pelos riscos – físicos, sociais, econômicos, ambientais, existenciais... – a que as pessoas estão sendo expostas, seja pelas oportunidades que com elas surgem. Os incentivos à cooperação e organização popular poderiam vir da criação de redes de colaboração solidária, canais diversos entre cooperados e entre cooperativas, redes envolvendo produtores de bens e consumidores, prestadores de serviços e contratantes, da prática do chamado comércio justo e da ação institucional. Um empreendimento popular ganharia impulso não apenas sob a lógica da viabilidade ou eficiência econômica, mas por questões éticas, sociais e ecológicas. Os empreendimentos solidários carregariam em si um caráter social, educativo e/ou comunitário.

Como a principal dificuldade relatada por cooperativas tem se dado não na produção, mas na colocação de seus produtos e serviços no mercado, essas novas relações podem vir a ser pilares para seu desenvolvimento. No mercado, as oportunidades em questão



Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

relacionam-se ao aproveitamento de qualidades naturais que muitas vezes não extrapolam a organização, especialmente aquelas de pequeno porte. A embalagem social dos produtos, o valor de aspectos não tangíveis de bens e serviços, deve ser divulgada a fim de que os que tenham legitimidade para reivindicar maior atenção do consumidor a recebam.

Complexas tensões

Todos esses comportamentos, portanto, não se resumem à prática da solidariedade. Seria mais uma questão de consciência, de reordenação de valores, dinamizados por iniciativas educativas, visando o desenvolvimento de iniciativas coletivas como autogestão e empreendedorismo, que vêm conquistando espaço no debate teórico e organizacional. Vale ressaltar o trabalho de ONG's, universidades (via ITCP's), Cáritas, Anteag, Unitrabalho, centrais sindicais e prefeituras.

Ao mesmo tempo, não podemos subestimar o caráter informal de boa parte das atividades nesse campo. Para além de contratos e instituições reconhecidas, elas assumem atualmente um alto grau de relevância para pessoas e comunidades. Em particular, feiras e iniciativas de troca acolhem esse tipo de produção, além de diversas cooperativas que se desenvolvem à margem do sistema legal.

É preciso, porém, atentar para as complexas tensões entre propostas cooperativas, comunitárias, solidárias e a prática de seus valores/princípios, ao papel dos mediadores/educadores neste processo e às distintas apropriações que a temática comporta. O desafio da economia solidária está exatamente em encontrar maneiras de desafiar a prática do que propõe. Saber como se provoca um comporta-

mento social mais ético - seja na produção, no consumo consciente ou no cuidado para com um ambiente comunitário.

Paul Singer, enxergando uma "ressurreição" da economia solidária no Brasil como "resposta (dos trabalhadores) à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar", afirma que "a questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem...". Ou seja, ao mesmo tempo em que exalta a importância da educação, colocando-a no centro das tensões, o faz de forma a apontar para uma mediação que pode vir a corroborar com a mesma lógica "de cima pra baixo" contra a qual se insurge. Tal problematização não é realmente o foco de Singer, que navega com mais desenvoltura no ambiente político-institucional, mas em muitos momentos essa opção macro corre o risco de ignorar além da conta a importância daquela contextualização.

Esse distanciamento é justamente o que abre caminho para ceticismos. Por duas vias. A abordagem da economia solidária muitas vezes superestima a propensão das pessoas para a cooperação e/ou o espírito comunitário. Experiências nessa linha precisam de comprometimento, o que não é nada trivial. **Numa economia com alto índice de desemprego e desigualdade social, o que num momento é cooperativo passa de repente a ser competitivo.** Essa instabilidade do modelo cooperativo tem sido relatada constantemente por experiências envolvendo princípios de economia solidária, ainda que não sob essa denominação. Por outro lado, esse distanciamento típico do tom professoral pode render a impressão de que há algo por traz dessa

ingenuidade buscando minimizar embates políticos e de classes.

Muitos educadores relatam suas dificuldades em mobilizar pessoas/comunidades em torno de objetivos comuns. Muitas delas não se interessam. Aquelas que já têm trabalho normalmente não querem sacrificar o pouco tempo que lhes restam com reuniões periódicas, "palestras" etc., ainda mais quando os objetivos ali vislumbrados não lhes parecem muito claros, remetendo a todo um conjunto de complexidades característico do ambiente local: tensões entre famílias, rivalidades antigas, preconceitos... Pesquisadores estudiosos do MST, por exemplo, costumam dizer que a cooperação que "dá frutos", que vinga, é tipicamente aquela onde já existia uma aproximação entre os trabalhadores, laços construídos previamente ou redes de parentesco, uma afetividade mais enraizada e anterior.

Assim, ao buscarmos um conjunto de estratégias e pedagogias em nome do desenvolvimento de uma consciência mais comunitária e/ou ética percebemos que o comportamento das pessoas pode confluir com esse impulso, mas que absolutamente não se restringe a ele ou mesmo o aceita. Suas histórias, contextos familiares, valores culturais acumulados e as redes sociais anteriores exercerão influência fundamental sobre suas escolhas.

Nesse repensar o desenvolvimento comunitário e o trabalho de mediação, não poderíamos contar com um comportamento comunitário "natural" em meio a realidades onde a lógica utilitarista tornou-se

hegemônica e referência de códigos, símbolos e valores. Seria ingenuidade pensar que pessoas imersas em uma verdadeira teia de condicionamentos, onde são exaltadas atitudes e comportamentos egoístas, assumiriam uma postura de cooperação de uma hora para outra.

Ou seja, na busca por estabilidade social e geração de renda é preciso que se fomentem ciclos virtuosos de participação popular, sem ignorar os estágios por que passam as pessoas/comunidades.

Nesse caso, até mesmo a visão de "comunidade" deve ser constantemente (re)avaliada, pois ela deverá ser usada mais como uma ferramenta, um conceito conscientemente idealizado.

Diante desta problematização, visualizamos um espaço ao mesmo tempo tenso e privilegiado para a intervenção do poder público, das empresas e da sociedade civil, cujos desafios não podem ser minimizados. Ou seja, programas e projetos nessa linha cada vez mais precisarão considerar em seu planejamento e avaliação o tempo de maturação de seus ideais, por meio do estabelecimento de critérios de avaliação que considerem adequadamente os diversos conflitos da subjetividade, os avanços na propensão das pessoas em cooperar, mudanças de comportamento e não apenas indicadores quantitativos como renda e produtividade.

* Economista, assessor da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Marcos P. S. de., Educação para que Trabalho? Trabalho para que Ser Humano? Reflexões sobre Educação e Trabalho, seu significado e seu futuro. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2001.
- Economia popular solidária: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de Trabalhadores. Rio de Janeiro, NOVA – Pesquisa e Assessoria em Educação, 2001.
- IBASE / Agenda Social, dez/2000, Com a palavra, os moradores!: pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca.
- KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Biatriz [organizadores]. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza [org.]. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P.; DE SOUZA, A. A Economia Solidária no Brasil – São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

Jogos do Pan

Gastos acima de saúde e educação

Instrumento de política pública o Orçamento Público tem como cerne, ato e efeito o de orçar, calcular, estimar e avaliar o cálculo aproximado do custo de algum programa e/ou atividade. As três esferas públicas tiveram cinco anos para planejar o evento e agora, faltando menos de um mês para início do Pan, a coluna do Fórum deste mês se propõe a fazer uma análise orçamentária dos Jogos, nos níveis municipal e estadual, tendo em vista a sua realização, agora, em julho.

O Estado, menor representante em termos orçamentários, foi o que mais aumentou a estimativa de inversões para os jogos. De acordo com reportagem publicada na Folha de S.Paulo, em 24 de maio último, o desembolso da União foi de R\$ 138 milhões para R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 987%. A fatia da prefeitura pulou de R\$ 239 milhões para R\$ 1,20 bilhão (404%). Já o Estado, saltou de R\$ 31 milhões para R\$ 500 milhões (1.513%).

O Complexo do Maracanã, principal cenário dos jogos, cuja responsabilidade é do governo estadual, custou pouco mais de R\$ 290 milhões. Destes, R\$ 100 milhões foram repassados pelo governo federal em maio, remanejando recursos das pastas de Saúde, Cidades, Defesa, Turismo, Transportes e Esportes.

A Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, através do programa de trabalho “Jogos Pan-americanos 2007”, executa grande

parte dos recursos estaduais com investimentos e materiais permanentes para os jogos. Ao contrário do município, o estado não possui uma instituição específica para tratar dos assuntos do Pan. As informações, principalmente orçamentárias, são fragmentadas e os dados disponibilizados não são objetivos, corroborando a falta de transparência das ações.

Para o programa acima citado, por exemplo, foram destinados, ironicamente, cerca de R\$ 4 mil, isso em 2007! Entretanto, até o mês de junho, já foram liquidados R\$ 53 milhões! Onde está o planejamento? Qual é o impacto disso no orçamento de outras áreas? Este boom na execução orçamentária é gerado pelos convênios firmados com a União, que totalizaram, em apenas seis meses, R\$ 35,4 milhões. Convênios feitos sem previsão orçamentária e com o desígnio de cobrir erros e atrasos, além de evidenciar o propósito político.

A tabela abaixo revela a evolução orçamentária das despesas com o Pan, somando-se quatro rubricas, a saber: “Jogos Panamericanos 2007”, “Implementação dos Jogos Panamericanos de 2007”, “Manutenção de Atividades Operacionais e dos Complexos Esportivos” e “Obras e Reformas nos Complexos Esportivos”. Esta última responsável por 58% dos gastos.

Tendo em vista a dificuldade em obter os dados, encaminhamos à Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer um requerimento de informação, questionando exatamente quais foram as ações do governo do estado em parceria com o poder público e privado para a implementação dos jogos. Quanto foi gasto e em que? Tão logo saia a resposta, iremos divulgar e esclarecer os dados.

Programas e desembolsos

Na esfera municipal, no ano de 2003 foram implantados três programas de trabalho, a saber: “Apoio para viabilizar Eventos e Competições”, “Eventos Esportivos e Olímpicos” e “Pan-Americanos de 2007”. A partir de uma dotação inicial de R\$ 52 milhões foram gastos aproximadamente R\$ 26,2 milhões.

No ano seguinte, os programas citados permaneceram, sendo incluída a rubrica “Gestão Estratégica do Pan 2007”, que não foi executada. As ações apresentaram uma execução muito além do previsto, com o total liquidado chegando a 159% da dotação aprovada na LOA.

Já em 2005 houve o cancelamento de um dos programas. Ainda assim, registrou-se um aumento de 159% dos recursos destinados, comparando-se ao ano anterior. Contudo, até dezembro apenas um programa de trabalho foi executado, o “Pan Rio 2007”, correspondendo a 92% do valor previsto, um

andamento dentro do esperado.

Em 2006, novamente a execução orçamentária seguiu tendência ascendente, justificada principalmente pela proximidade da realização dos jogos. A dotação inicial para 2006 foi 375% maior do que a de 2005. Dentre todos os programas encontrados, o “Pan Rio” teve o maior valor aprovado pela LOA, R\$ 205,3 milhões, representando 63% do valor destinado inicialmente. A justificativa deste alto valor se dá pelo fato deste ter como um dos seus investimentos a construção do Estádio Olímpico, além de direitos comerciais.

Em 2007, a dotação inicial aprovada para LOA, somando-se todos os programas de trabalho relativos ao Pan, corresponde ao valor de R\$ 406,3 milhões e até o mês de junho sofreu um cancelamento de apenas R\$ 4,5 milhões.

Em relação aos remanejamentos, até o período analisado (18/06) encontramos um alto valor de acréscimos e decréscimos dos programas, porém, nos deparamos com dificuldades em detalhar os destinos desses programas em função da falta de clareza nas informações desses dados – um problema crônico da administração municipal. Entretanto, conseguimos detalhar um remanejamento: a retirada R\$1 milhão da Secretaria de Saúde para os Jogos Pan-Americanos.

Em relação aos investimentos do Pan, são destinados na LOA cerca de R\$ 400 milhões, valor que corresponde a quatro vezes mais a quantia destinada à saúde e cinco vezes mais do que o montante a ser “investido” em Educação.

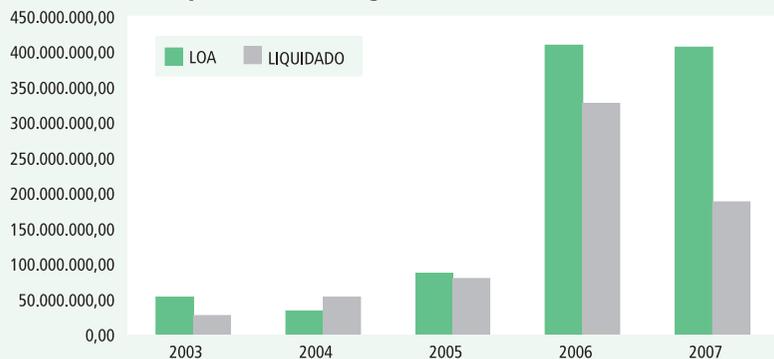
A novidade para 2007 foi a criação de 13 novos programas de trabalho para dar continuidade aos projetos dos Jogos. Dentre eles, ações referentes à iluminação pública, limpeza urbana, operações de trânsito e conservações de logradouros, entre outros.

Execução Orçamentária Pan 2007 no Estado

	Inicial	Liquidado	%
2004*	39.097.114	18.394.010	47%
2005	32.298.766	41.371.613	128%
2006	31.897.011	90.045.091	282%
2007**	66.219.826	55.376.235	84%
Total	169.512.717	205.186.949	121%

**Liquidado até 25/06. Fonte: SIG/SIAFEM

Acompanhamento dos gastos com o Pan 2003 a 2007



Alguns merecem destaque como: “Obras Viárias Pan 2007”, que já liquidou mais de R\$ 15 milhões até o mês de junho, um pouco mais do que sua dotação inicial, mas apenas 39% de sua dotação atualizada; “Atualização tecnológica e adequação física de unidades de Saúde Pan 2007”, única rubrica envolvendo a área da saúde, liquidou apenas R\$ 240 mil. No entanto, contava com uma dotação inicial de R\$ 60 milhões e atualmente conta com pouco mais de R\$ 38 milhões; “Operações de trânsito”, que a partir de uma dotação inicial de R\$ 11 milhões já está com R\$ 30 milhões, apesar de, até o fechamento desta edição, nada haver sido executado. Porém, como seu objetivo é a execução de serviços de sinalização, ainda esse mês ela deverá começar.

Além desses, outros três programas de trabalho chamam a atenção, tanto pelo montante despendido, quanto pelos seus investimentos descritos no Plano Anual de Trabalho: “Pan Rio 2007”, objetivando a construção do Estádio Olímpico e desapropriações; “Gestão Estratégica do Pan 2007”, tendo como investimentos os direitos comerciais, melhorias físicas operacionais no autódromo, convênio com Comitê Organizador, Consultoria e Overlay- instalações temporárias; “Parque Olímpico do Rio”, com a construção da Arena Multiuso, Parque Aquático e Velódromo.

Somados, correspondem a 60% da dotação inicial, num conjunto com todos os programas referentes ao Pan, com um total liquida-

do até o mês de junho de R\$ 186,7 milhões, ou seja, 91% do total liquidado deste conjunto.

Agenda Social e o Pan 2007

A Agenda Social, criada por decreto municipal em 2004, propunha fazer dos jogos um marco para o combate aos problemas sociais no Rio de Janeiro. Para tanto, estabelecia um conjunto de metas sociais a serem alcançadas até a data da realização dos jogos e para anos posteriores.

A Agenda Social já foi tema de várias edições anteriores. Na edição de março deste *JE* discutimos mais a fundo as metas desta Agenda e outras informações e o próprio decreto estão disponíveis no sítio do FPO-RJ (www.fporj.blogspot.com.br) e do Comitê Social do Pan (br.geocities.com/fporj).

Vale ressaltar que esta análise sobre a execução das metas previstas é feita com base no levantamento no orçamento municipal, buscando os programas que se relacionam com tais metas. Para tanto é preciso lembrar que a Agenda Social não possui vínculo orçamentário direto com nenhum Programa de Trabalho. Assim, foram selecionados um grande número de programas que abrangem diversas áreas sociais de atuação da prefeitura, e são atividades permanentes, ou seja, já existiam antes da Agenda e não foram criados exclusivamente para esta, o que justifica o alto valor encontrado.

Em média os gastos com os programas da Agenda Social represen-

tam 6,20% do orçamento total realizado pela prefeitura desde 2002 até 2006. Como é sempre ressaltado junto à análise orçamentária deve-se realizar a verificação do cumprimento destas metas, que vem a ser o fim último dos gastos.

Em 2007, a previsão inicial é de R\$ 418 milhões, um decréscimo de 5% em relação a 2006. A área da Saúde continua tendo um peso maior. Esta corresponde a 60%, com quase R\$ 250 milhões. Vindo logo após a Educação com, R\$ 85 milhões (20%), a Assistência Social com R\$ 45 milhões (11%) e a Habitação com 6%. Vale notar que só os valores previstos para a Saúde neste ano são próximo da previsão total da Agenda em 2005.

Infelizmente, a Habitação deve ser citada por outro motivo. Um dos programas mais divulgados pela prefeitura e que antes do Pan era a sua principal peça publicitária, o Favela-Bairro, só até o mês de junho teve uma retirada de R\$ 21,5 milhões. Logo, a questão habitacional – tão dramática no Rio de Janeiro – é desprestigiada.

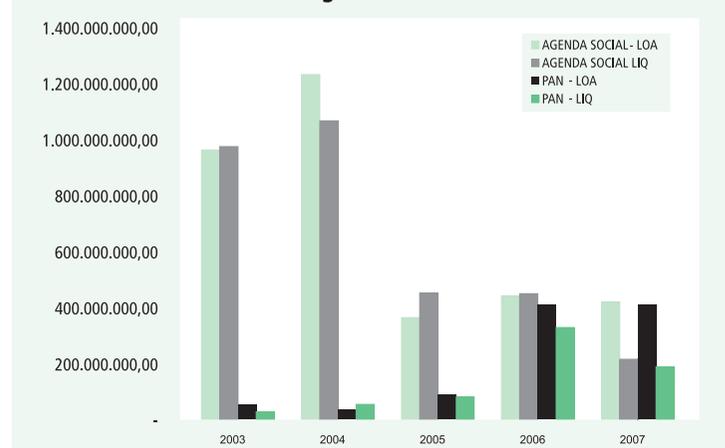
Confrontando os gastos da Agenda Social com os do Pan, percebe-se um grande contraste nos anos de 2003 e 2004, conforme demonstrado no gráfico. Esta tendência começa a se inverter no ano de 2005, quando os gastos com a Agenda sofrem uma grande

queda, junto com uma substancial elevação nos gastos com os programas do Pan. Em 2006, há quase um nivelamento entre as previsões iniciais, ficando o executado com a Agenda maior que o do Pan.

O aumento de recursos para os Jogos nos anos de proximidade do evento ocorreu paralelamente a uma queda brusca nos gastos com a Agenda Social. Este fato toma sua real dimensão ao lembrarmos que grande parte das ações identificadas já existia e as suas metas são resultados que deveriam ser alcançados, independentemente do Pan. Assim, com a proximidade do evento o aumento dos gastos referentes ao Pan era esperado, porém, não se justificava que este aumento se dê à custa da redução dos gastos sociais.

Outros problemas foram registrados no processo de implementação dos Jogos. São inúmeras as despesas realizadas sem licitação e com aditamentos de contratos. Grande parte destes gastos, e as razões pelo estouro de mais de 600% no orçamento inicial do Pan envolvendo as três esferas serão investigados por futuras CPI's. Enfim, a lição deste Pan-Americano deve ser aprendida, pois, a candidatura para outros eventos esportivos estão na pauta e os “erros” favorecendo os interesses financeiros e concentradores de riqueza não podem ser repetidos.

Agenda x Pan



As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento e elaborada pela equipe de apoio do Corecon-RJ e consultores especiais.

Coordenação: Cons. Ruth Espinola Soriano De Mello. Supervisão Técnica: Econ. Luiz Mario Behnken.

Consultores: Econ. BRUNO LOPES, da instituição Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e coordenador do Comitê Social do Pan;

e Econ. Thiago Marques, assessor do Dep. Est. Marcelo Freixo (PSOL)

Assistentes: Estud. Econ. Camila Barbosa e Estud. Econ. Rodrigo Nunes

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Curso sobre Marx começa em agosto

A Secretaria de Cursos do Corecon-RJ já tem pronta a agenda de cursos para o segundo semestre. Veja o calendário.

Agenda de cursos

MATEMÁTICA

às quartas-feiras - das 18h às 20h
cada mês um assunto
Para economista registrado: R\$90,00 por mês.
Para estudante: R\$72,00 por mês.

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA E APRESENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

de 24 de julho a 4 de agosto - às terças, quintas e sábados
terças e quintas das 18h45 às 21h30 e sábados das 9h30 às 12h)
Para conomistas registrados: R\$224,00
Para estudantes R\$179,00

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA: O PENSAMENTO DE KARL MARX

6 de agosto a 8 de outubro de 2007
às segundas-feiras - 18h45 às 21h30)
Conteúdo: Vida e obra; o materialismo histórico; a revolução proletária; a crítica da economia política; mercadoria e fetichismo; transformação do dinheiro em capital; subsumção formal do trabalho ao capital; subsumção real do trabalho ao capital; reprodução do capital.
Preço único: R\$220,00

CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL

8 de agosto a 28 de novembro de 2007
às quartas-feiras de 20h às 22h
O Objetivo do curso é proporcionar ao estudante uma visão básica, mas atualizada da contabilidade em termos de métodos, técnicas e conceitos. O estudante irá obter o domínio dos principais conceitos de contabilidade e sua importância como banco de dados crítico para a administração financeira de um negócio. Além disso, o curso está direcionado também para atender aos principais programas de contabilidade exigidos em concursos públicos, proporcionando ao aluno solução de exercícios direcionados a este objetivo.
Para economistas registrados: R\$ 372,00 (ou 4 x de R\$93,00)
Para estudantes de Economia: R\$ 300,00 (ou 4 x de R\$75,00)

MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA

9 de agosto a 6 de dezembro de 2007, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Curso de 50 horas-aula
Objetivo do curso é apresentar algumas das ferramentas básicas de economia matemática utilizadas na literatura acadêmica corrente, desenvolvendo no aluno a capacidade de analisar fenômenos de micro e macroeconomia a partir da operação de modelos matemáticos. Destina-se tanto a estudantes que desejam consolidar seus conhecimentos específicos sobre economia matemática aplicada, quanto a profissionais interessados em atualização nas ferramentas matemáticas

focalizadas pelo conteúdo programático.
Economistas registrados: R\$568,00 - 4 cheques de R\$142,00
Estudantes: R\$452,00 - 4 cheques de R\$113,00

CURSO DE PERÍCIA

14 de agosto a 27 de novembro de 2007,
às terças e sextas-feiras, das 15h às 17h45.
Turma de 20 alunos.
O curso é direcionado aos economistas e bacharéis em economia. Durante o curso de 78 horas-aula haverá apresentação e discussão dos conceitos periciais; legais; econômicos; contábeis e matemáticos aplicados às periciais. Haverá leitura de autos, diligências ao local; informações sobre pesquisas, planilhas, cálculos; redação de parecer técnico e de elaboração de laudos.
Para fazer jus ao certificado que será emitido ao final do curso, o aluno deverá comparecer a pelo menos 75% das aulas e obter grau 6 na avaliação final. Os nomes dos aprovados serão enviados através de Ofício do Corecon às Varas Cíveis do Estado do Rio de Janeiro.
Para Economistas registrados: R\$ 852,00 (ou 6 x de R\$ 142,00)
Para Bacharel em Economia: R\$ 978,00 (ou 6 x de R\$ 163,00)

MATEMÁTICA FINANCEIRA AVANÇADA (COM PLENO USO DA CALCULADORA FINANCEIRA)

15 de outubro a 28 de novembro - às segundas e quartas-feiras de 18h45 às 21h30
Curso de 42 horas-aula
Professora: Sílvia dos Reis Alcântara Duarte
Para economistas registrados: R\$452,00 (ou 4 x de R\$113,00)
Para estudantes de Economia: R\$360,00,00 (ou 4 x de R\$90,00)
Para economistas não registrados: R\$520,00 (ou 4 x de R\$130,00)
Os estudantes deverão comprovar sua condição de estudantes

ENERGIA - VIABILIDADE ECONÔMICA EM PROJETOS DE PETRÓLEO

16 de outubro a 6 de dezembro - às terças-feiras - de 18h45 às 21h30 - Curso de 12 horas-aula
Professor: Leonardo Cezar Rocha Neves
Este curso destina-se a profissionais interessados no setor mais dinâmico da economia brasileira, o petróleo e o gás natural.
Visa capacitar profissionais nesta área do conhecimento, levando-os a conhecer, preliminarmente a cadeia produtiva do petróleo bem como o processo de tomada de decisão sobre implantação e ampliação de projetos de petróleo e derivados.
Para economistas registrados: R\$180,00 (ou 4 x de R\$45,00)
Para estudantes de Economia: R\$144,00,00 (ou 4 x de R\$36,00)
Para economistas não registrados: R\$208,00 (ou 4 x de R\$52,00)
Os estudantes deverão comprovar sua condição de estudantes

www.economistas.org.br - Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119

Faixa Livre agora na Internet

Um dos mais antigos programas de rádio, que trata de assuntos da economia, da política, cultura e questões sociais, com visões diferenciadas do pensamento único, agora está disponível também na internet. O Faixa Livre, criado em dezembro de 1994, pelo saudoso jornalista e economista Ricardo Bueno, é apresentado desde meados de 1999 pelo também economista Paulo Passarinho, com entrevistas, comentários e debates. Quem não puder ouvi-lo em seu horário habitual de 8h às 10h, de segunda a sexta, tem agora a oportunidade de acessá-lo no portal www.programafaixalivre.org.br

Programa Faixa Livre
Band AM 1360

O Programa Faixa Livre é uma iniciativa democrática de um conjunto de entidades - associativas, sindicais, profissionais - que se empenham na luta por um Brasil socialmente mais justo, politicamente mais democrático e, enquanto Nação, mais soberano.

Criado em dezembro de 1994, desde então é veiculado pela **rádio Bandeirantes AM 1360**. De segunda a sexta-feira, das 8 às 10h, você poderá não somente assistí-lo, mas dele participar.

Com uma pauta diária de assuntos sobre política, economia, energia, meio-ambiente e demais questões nacionais e internacionais, em sintonia com os problemas contemporâneos do Brasil e do mundo, o **Programa Faixa Livre**, além de procurar informá-lo, tem um compromisso com a justiça, com a militância nacional e com a formação ideológica daqueles que acreditam que um outro Brasil e um outro mundo sejam possíveis.

ÚLTIMOS PROGRAMAS

- Programa 02-07-07
Neste programa temos os convidados: Chico Alencar, Jefferson Peres, Marcelo Feres, Dulce Cristelli, Graziela Baggio, Argemiro Pertence.
- Programa 29-06-07
Neste programa temos os convidados: Fernando Siqueira, Nélio Duriques, Vera Vital Brasil, Ronaldo Aguiar, Bernardo Köchner, Isabel Luitosa, Ricardo Janael.
- Programa 29-06-07
Neste programa temos os convidados: Jorge Sistiello, Vera Mello, Ivan Valente, Cláudio Abramo, Edgar Coelho Vaz, Celmice Carvalho.

VOCE ESTÁ OUVINDO: PROGRAMA 02-07-07

RÁDIO ONLINE (1) **Divina Player**

Rádio Bandeirantes 1360 KHz AM
"A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia".
De segunda a sexta das 8h às 10h.
EQUIPE DE TRABALHO